



A Ocupação no Ensino Superior em Pernambuco e no Município de Caruaru: Público versus Privado na Geração de Oportunidades Ocupacionais entre 2006 e 2018

MARISA FREITAS DA SILVA (GRADUANDA EM CIÊNCIAS ECONÔMICAS NO CAA/UFPE)
RODOLFO GUIMARÃES R. DA SILVA (GERENTE DE ESTUDOS E PESQUISAS SOCIOECONÔMICAS DA AGÊNCIA CONDEPE FIDEM)
ANDRÉ LUIZ DE MIRANDA MARTINS (DOCTOR EM ECONOMIA E PROFESSOR ASSOCIADO DO CAA/UFPE)

Nos últimos quinze anos a expansão das Instituições de Ensino Superior (IES) foi fortemente influenciada por sua **interiorização**, movimento em que se destacaram as Universidades Federais. As políticas públicas específicas de interiorização objetivaram, no curto prazo, a ampliação da oferta (vagas) de educação superior pública em regiões do Brasil onde ela sempre se mostrou mais escassa – ou onde se dependia quase que completamente da oferta de educação superior privada –, mormente as *hinterlands* do Norte e do Nordeste; e, no médio-longo prazo, a promoção do desenvolvimento local-regional, voltado a estimular as vocações econômicas locais e a difundir processos econômicos baseados no conhecimento.

Marco importante da interiorização do ensino superior em Pernambuco seria a abertura, em 2006, do Centro Acadêmico do Agreste da Universidade Federal de Pernambuco-CAA/UFPE, no município de Caruaru, no Agreste Central Pernambucano. Que transformações no mercado de trabalho específico às IES engendraria a sua abertura? Como participaram o público e o privado na geração de oportunidades ocupacionais para docentes, se conside-

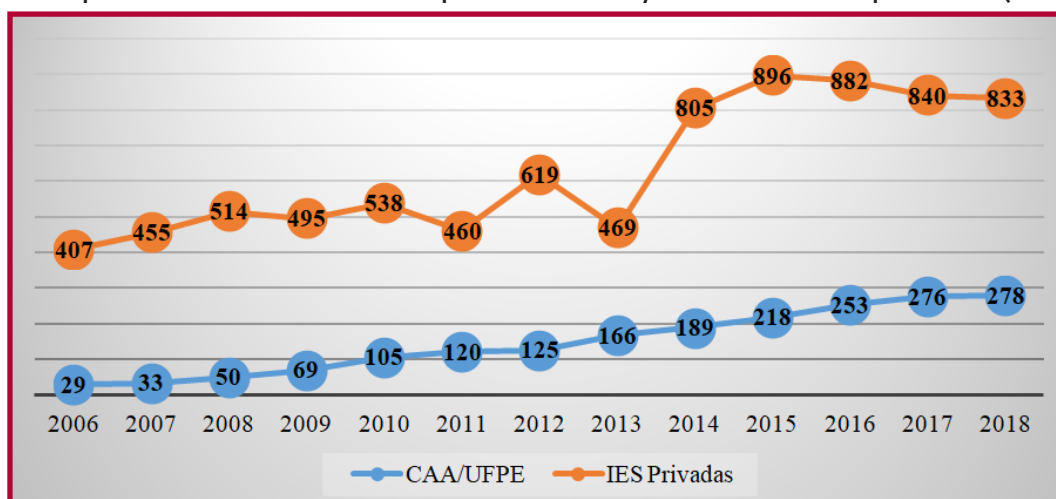
rados o CAA/UFPE e as IES privadas de Caruaru entre 2006 e 2018? Abordar essas questões requer, evidentemente, que se vá além da oposição estatutários-celetistas.

A distinção entre IES públicas e privadas remete à sua classificação por **categoria administrativa** (natureza jurídica): são **públicas** as IES criadas, incorporadas, mantidas e administradas pelo Poder Público, sejam federais (subordinadas à União e organizadas como Autarquias especiais ou Fundações públicas), estaduais (mantidas pelos governos dos Estados ou do Distrito Federal) ou municipais (providas pelas prefeituras); e são **privadas** as IES mantidas e administradas por pessoas físicas ou jurídicas de direito privado e organizadas como particulares em sentido estrito (empresa mercantil), comunitárias, confessionais ou filantrópicas (Cavalcante, 2000).

No Gráfico 01 é comparada a evolução do estoque de professores do ensino superior no CAA/UFPE e nas IES privadas de Caruaru entre 2006 e 2018.

Gráfico 01

Caruaru-PE: professores do ensino superior no CAA/UFPE e nas IES privadas (2006-2018)



Fonte: Elaboração própria, com base em dados da Gestão de Pessoas do CAA/UFPE e da RAIS (2020).

Para o CAA foram computados os professores concursados segundo o ano de sua admissão (exercício efetivo), com base nos dados fornecidos pela Gestão de Pessoas desse Centro. Para as IES privadas – Empresas Privadas e Entidades sem Fins Lucrativos, classificação compatível com a categorização administrativa das IES –, consultaram-se dados da Relação Anual de Informações Sociais (RAIS), dentro do subgrupo 234 - Professores do Ensino Superior, da Classificação Brasileira de Ocupações (CBO).

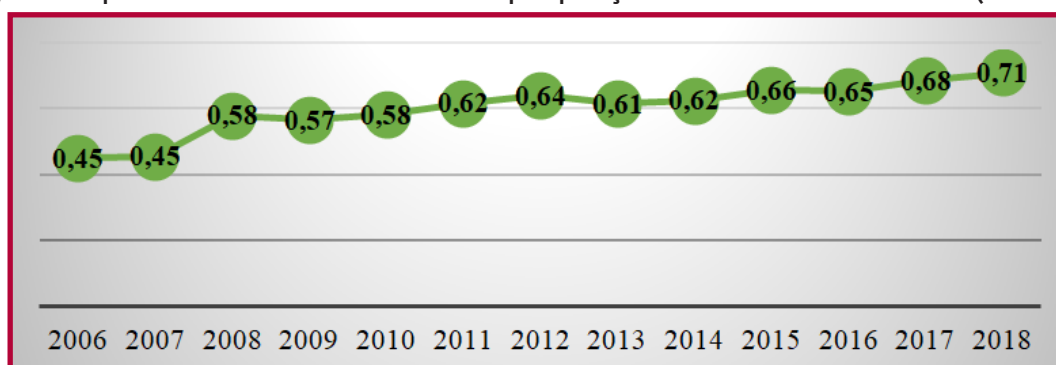
Note-se a curva monotônica que representa o crescimento da ocupação de professor no ensino superior no CAA, de cerca de 860% entre 2006 e 2018. A trajetória dessa ocupação nas IES privadas de Caruaru seria instável, de crescimento e decréscimo nos oito anos iniciais, seguida de ascensão, intensa a partir de 2014, a patamar mais estável, possível-

mente devido à reestruturação/centralização de empresas do setor¹. Também muda de patamar, ao longo desses anos, a razão entre a ocupação docente no CAA e nas IES privadas de Caruaru: inicialmente muito baixa, ultrapassa os 20% no fim dos anos 2000 e os 30% entre 2017 e 2018.

O Gráfico 02 apresenta, para o CAA/UFPE, os professores doutores como proporção do total de docentes do Centro, obtida pelo cotejo das datas de exercício efetivo dos docentes e de sua titulação de doutorado. A proporção se mostra crescente e repercute positivamente na condução de pesquisas científicas (e na captação de recursos de agências de fomento).

Gráfico 02

CAA/UFPE: professores doutores como proporção do total de docentes (2006-2018)



Fonte: Elaboração própria, com base em dados da Gestão de Pessoas do CAA/UFPE e da Plataforma Lattes (2020).

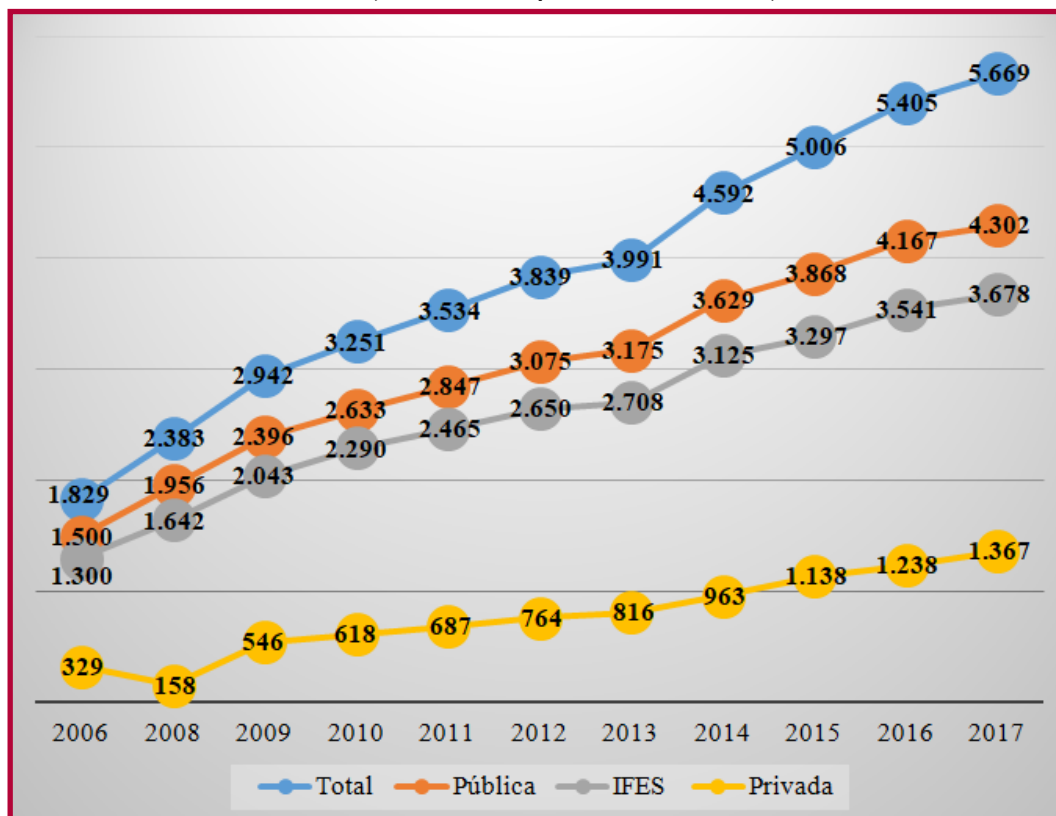
Já o Gráfico 03 apresenta os quantitativos de professores doutores nas IES públicas e privadas para o Estado de Pernambuco, entre 2006 e 2017 (exclusive o registro de 2007). A ocupação de professor do ensino superior com titulação de doutorado apresentou crescimento de 187% (11% a.a.) nas IES públicas, e de 315,5% (15% a.a.) nas IES privadas. Em desfavor destas, malgrado a alta demanda por força de trabalho docente registrada, esteve a expressiva diferença de quantitativos, notada em todo o interregno. Até 2014 ocupavam-se nas IES públicas em Pernambuco cerca de 80% dos professores com doutorado. Nos três anos seguintes avançaria sutilmente a demanda das IES privadas no Estado por professores doutores, em decorrência da mencionada reestruturação/centralização por que passaram as IES privadas e/ou do aumento na oferta de doutores observado ao longo da década de 2010.

Ressalte-se, por fim, a participação relativa das Instituições Federais de Ensino Superior (IFES: Universidades Federais e Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia), que responderam por quase 70% de toda a ocupação de professores doutores em Pernambuco entre 2006 e 2017. Por outro lado, as IFES correspondiam, em 2017, a somente 4,7% do total das 106 IES, e a 6,4% das IES privadas, segundo dados do Inep.

¹ Desagregados os dados da RAIS, constata-se que as IES-Empresas Privadas responderam, entre 2006 e 2018, por todo o crescimento da ocupação de professor no ensino superior nas IES privadas de Caruaru. Esse “avanço mercantil” se verificou com mais intensidade a partir de 2014 – frisando, em detrimento das IES-Entidades sem Fins Lucrativos do município.

Gráfico 03

Pernambuco: professores doutores nas IES públicas e privadas, com destaque para as IFES (2006-2018 / 2007 exclusive)



Fonte: elaboração própria a partir de dados do Inep (2020).

Ainda com respeito às IFES, convém destacar que a “questão regional” brasileira contemporânea afirma-se decisivamente, entre outros aspectos, por uma distribuição territorial muito desigual de IES públicas estaduais de destaque, seja pelas oportunidades ocupacionais geradas, seja pelos resultados e conquistas em termos de excelência acadêmica e pesquisa científica (expressos em diversos indicadores). À expansão-interiorização das IFES tem cabido, em certa medida, a tarefa de minorar esse desequilíbrio².

REFERÊNCIAS

CAVALCANTE, J. F. Educação superior: conceitos, definições e classificações. Brasília: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais, 2000.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA. Sinopse estatística da educação. Brasília: Inep, vários anos. Disponível em: <<http://portal.inep.gov.br/basica-censo-escolar-sinopse-sinopse>>. Acesso em 28 de março de 2020.

² Não se abordou aqui a permanência do recurso ao trabalho dos **professores substitutos**, ao qual as Universidades Federais parecem habituadas há décadas. Esses profissionais – no mais das vezes, menos qualificados do que os seus pares efetivos – são recrutados em seleções públicas simplificadas, assinam contratos de trabalho por tempo determinado e são destacados para ocupar vagas em disciplinas acadêmicas sobran-tes. Dificuldades de acesso aos dados desses professores tem contribuído para adiar não só a sua análise, como também o importante debate de uma **precarização do trabalho docente** alegadamente em curso na Universidade Pública brasileira.



Interiorização das Instituições Federais de Ensino Superior e a Desigualdade de Oportunidades no Agreste Pernambucano

JOSÉ ADRIEL DA SILVA LEAL (GRADUANDO EM CIÊNCIAS ECONÔMICAS NO CAA/UFPE)

MARCUS VINÍCIUS AMARAL E SILVA (DOUTOR EM ECONOMIA E PROFESSOR DA CSHNB/UFPI)

DANYELLA JULIANA MARTINS DE BRITO (DOUTORA EM ECONOMIA E PROFESSORA DO PPGECON/CAA/UFPE)

De acordo com os dados do Inep (Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira), houve um expressivo crescimento do número de instituições de ensino superior (IES) no Brasil entre 2003 e 2013, passando de 1.859 para 2.391 instituições. Considerando as IES da rede pública, tal aumento foi de cerca de 46% no mesmo período. Observando o número de matrículas na rede pública, constata-se que houve um acréscimo de aproximadamente 70% no número de alunos ingressantes entre 2003 e 2013. Tais informações são indicativos de que houve um processo de expansão do ensino superior público que ocorreu, não apenas via criação de novas IES, como também pela expansão de vagas e cursos em instituições já existentes. Esse processo está fortemente interligado, dentre outros fatores, aos programas governamentais tais como os Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI) e as políticas de interiorização das universidades públicas.

A despeito dos melhores indicadores de oferta educacional, ainda não é possível falar de uma distribuição equitativa das oportunidades, uma vez que outras desigualdades pesam sobre estudantes menos privilegiados, colocando-os em posição de desvantagem ao ingressar no ensino superior. É importante salientar que os índices de desigualdade de oportunidades diferem sensivelmente do já bastante conhecido índice de desigualdade de Gini. Enquanto o último capta a diferença entre a distribuição de renda verificada e a perfeita equidade; o índice de desigualdade de oportunidades assume que os resultados individuais são produto de dois fatores: aqueles de responsabilidade, como esforço e anos de estudo, e os fatores de não responsabilidade, como *background* familiar (ROEMER, 1998). Intuitivamente, a desigual distribuição de renda entre dois indivíduos não seria necessariamente

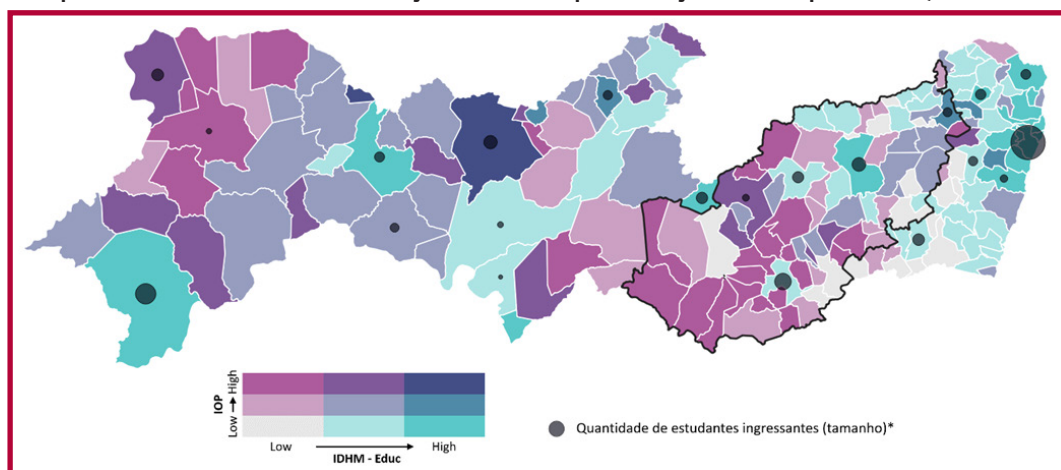
ofensiva caso estes exibam diferentes níveis de esforço. A desigualdade a ser combatida, portanto, seria aquela em que seus fatores determinantes ultrapassam a responsabilidade individual. De forma ilustrativa, seria injusto que dois indivíduos de mesma qualificação e esforço (fatores de responsabilidade) obtenham rendimentos diferentes devido fatores fora de seu controle, como questões de raça, gênero e região de nascimento (fatores de não responsabilidade).

Diante do exposto, a distribuição desigual de oportunidades entre diferentes grupos sociais deve ser analisada comparativamente aos indicadores educacionais. Utilizando os índices de desigualdade de oportunidades municipais (IOP), de Silva *et al.* (2014), e os índices de desenvolvimento humano municipal (IDHM) na dimensão educação, ambos para o ano de 2010, é possível caracterizar os municípios pernambucanos contrapondo desigualdade *versus* escolaridade. Adicionalmente, foi acrescentado à Figura 1 informações referentes à presença de instituições de ensino superior com cursos presenciais (local de oferta), considerando exclusivamente as IES públicas.

Não obstante a existência de padrões de similaridade visíveis no estado de Pernambuco, algumas distinções marcantes referentes a distribuição do índice de IOP e IDHM-*educ* precisam ser destacadas (Figura 01). As mesorregiões Metropolitana do Recife e da Mata Pernambucana apresentam padrões semelhantes, com altos IDHM-*educ* atrelados a baixos índices de IOP. Ademais, os transbordamentos inter municipais desse padrão são visíveis. Nas mesorregiões do São Francisco e do Sertão, se sobressai os municípios de Petrolina e Serra Talhada. O município de Petrolina apresenta um baixo índice de IOP e um alto IDHM-*educ*, o que o caracteriza dentro do padrão esperado, uma vez que melhores indicadores educacionais são observados concomitantemente a baixos indicadores de desigualdade. Por outro lado, o caso de Serra Talhada se opõe ao referido padrão, com um IDHM-*educ* e uma desigualdade elevados, comparativamente aos demais municípios pernambucanos.

Figura 01

Desigualdade de oportunidades e desenvolvimento educacional nos municípios pernambucanos: correlações com a presença de IES públicas, 2010.



Fonte: Elaboração própria, com base nos dados de desigualdade de oportunidades municipais (SILVA *et al.* 2014), dados da PNUD e microdados do Inep - Censo da Educação Superior.

Nota: * Número total de alunos com data de ingresso de 01 de janeiro e 01 de julho de 2010.

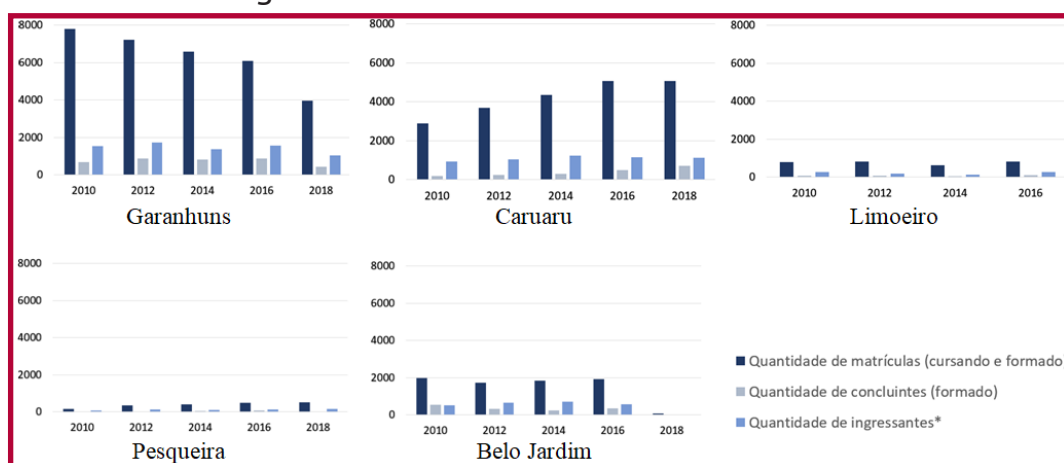
A mesorregião do Agreste Pernambucano é formada por 71 municípios, dos quais cinco sediavam instituições de ensino superior pública em 2010 – a citar, Garanhuns, Caruaru, Belo Jardim, Limoeiro e Pesqueira. É notável a presença de IES em municípios com melhores indicadores de escolaridade e desigualdade em todo o estado. Apesar de ser impossível estabelecer qualquer relação de causalidade, a interiorização das instituições de ensino superior, ao atender indivíduos que antes se encontravam impossibilitados de realizar um curso superior, tem o potencial de ser um importante fator equalizador de oportunidades.

O Agreste Pernambucano apresenta uma grande quantidade de municípios com baixo IDHM-educ e alto índice de IOp, em contraste com apenas um município com alto IDHM-educ e baixo índice de desigualdade (Caruaru). Ao analisar os municípios de Belo Jardim e Garanhuns observa-se a presença de um baixo índice de IOp atrelado a um médio IDHM-educ. O município de Limoeiro, por sua vez, apresenta um índice de desigualdade médio e um IDHM-educ alto. Outro caso de destaque é município de Pesqueira, que apresenta um índice de IOp alto e um índice de desenvolvimento humano na dimensão educação médio.

O processo de interiorização das IES públicas pode ser observado, em certa medida, por meio do Figura 02. O município de Garanhuns apresentou no decorrer dos anos um decréscimo do número de matrículas, evidenciando uma possível desaceleração do processo de interiorização no município. Em 2010 Garanhuns possuía 23 cursos superiores ofertados em IES distintas, todos caracterizados como provenientes de unidades administrativas públicas (municipal, estadual ou federal). Em 2018 o município passou a possuir 26 cursos superiores, porém nove desses cursos não pertenciam mais a esfera pública de ensino. Evidentemente, a redução do número de cursos na rede pública afetou o montante total de matrículas, concluintes e ingressantes. Uma hipótese complementar para explicar a redução no número de alunos, entre 2010 e 2018, está na possibilidade do aumento no número de alunos residentes do município buscando cursos em outras localidades, dinâmica que foi facilitada com a consolidação do Sistema de Seleção Unificada (Sisu), a partir de 2010.

Figura 2

Evolução das informações de quantidade de matrículas, concluintes e ingressantes no Agreste Pernambucano entre 2010 e 2018



Fonte: Elaboração própria, com base nos microdados do Inep - Censo da Educação Superior.

Nota: * Número total de alunos com data de ingresso de 01 de janeiro e 01 de julho do ano de referência.



Caruaru, por outro lado, apresentou um crescimento no número de matrículas, fato que pode ser explicado pela ampliação do número de cursos nas duas IES públicas da cidade (UPE e UFPE), passando de 11 cursos em 2010 para 15 cursos de graduação presenciais em 2018.

O município de Belo Jardim demonstrou uma relativa estabilidade no número de estudantes até o ano de 2016, porém em 2018 o número de matrículas caiu bruscamente. Em 2010, o município possuía duas instituições públicas municipais (Faculdade de Formação de Professor de Belo Jardim e Faculdade de Enfermagem de Belo Jardim), que abrigavam no total seis cursos. Ao longo dos anos a Faculdade de Enfermagem de Belo Jardim foi encerrada e a Faculdade de Formação de Professor de Belo Jardim deixou de ser categorizada como pública. Assim, em 2018 na rede pública, o município contava apenas com o curso de Licenciatura em Música do IFPE. O município de Pesqueira apresentou um reduzido número de matrículas, comparativamente aos demais municípios da mesorregião, porém crescente ao longo dos anos. Tal fato se explica, em parte, pela existência apenas do IFPE, que ofertava dois cursos em 2010 e passa a oferecer quatro cursos de ensino superior em 2018. O município de Limoeiro apresentava um número estável de estudantes até o ano de 2016, após este período a Faculdade de Ciências Aplicadas de Limoeiro deixa de ser caracterizada como pública municipal.

Os retornos associados ao investimento na educação superior são amplamente conhecidos na literatura, produzindo benefícios não apenas aos indivíduos, como para toda a sociedade. O processo de interiorização das instituições públicas de ensino superior beneficia segmentos sociais que antes apresentavam acesso limitado à universidade, com potencial não de apenas reduzir as desigualdades de renda como também possibilitando uma maior igualdade de oportunidades a esses grupos. A inauguração de um campus, portanto, além da oportunidade de aprimoramento da formação pessoal do estudante, agrega também no tocante à disponibilidade de mão de obra qualificada, pois atua aumentando o fluxo de estudantes, professores e outros profissionais qualificados pondo, assim, o município na rota do desenvolvimento regional.

REFERÊNCIAS

SILVA, M. V. A. E.; BRITO, D. J. M.; FIGUEIREDO, E.; LIMA, J. R. F. Uma Proposta para Mensuração dos Índices de Desigualdade de Oportunidade Municipais. In: FONSECA NETO, F. A. (org.). **VII Prêmio Pernambuco de Economia Dirceu Pessoa**. 1. ed. Recife: Conselho Regional de Economia - 3ª região, 2014, p. 37-58.

ROEMER, J. **Equality of Opportunity**. New York: Harvard University Press, 1998.



Perfil Socioeconômico dos Estudantes do Curso de Ciências Econômicas da Universidade Federal de Pernambuco no Agreste Pernambucano

RAFAELA MARIA ARCANJO (MESTRANDA DO PPGE/COM/CAA/UFPE)

NEIDE MENEZES SILVA (DOUTORANDA DO PPGE/UFPE E SERVIDORA DA UFPE)

MARCIO MICELI MACIEL DE SOUSA (DOUTOR EM ECONOMIA E PROFESSOR DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS NO CAA/UFPE)

A interiorização das Universidades Públicas no Brasil representou o último grande sopro de cidadania no país, fomentado pelo programa REUNI. No Agreste de Pernambuco, a chegada da UFPE-CAA, em março de 2006, deu início a um processo de transformação no desenvolvimento econômico de Caruaru e todo o seu entorno.

O grande número de professores e técnicos administrativos com salários acima da média da região e a existência de bolsas de auxílio financeiro para uma parte dos estudantes de graduação e da pós-graduação geram um importante efeito transbordamento com reflexo nos setores como o da construção civil, do comércio, entre outros.

No tripé de sustentação do ensino, pesquisa e extensão a UFPE-CAA vem conseguindo atender uma parte significativa das demandas locais, contribuindo para a formação de capital humano e de soluções para os problemas dos municípios do Agreste pernambucano.

No campo do ensino a instituição oferece dez cursos de Graduação: administração, ciências econômicas, comunicação social, design, engenharia civil, engenharia de produção, física, matemática, medicina, pedagogia e química, sete Mestrados e um Doutorado em Educação recém aprovado pela CAPES.

As áreas de pesquisa e extensão são abastecidas pelos projetos que envolvem alunos e professores na graduação através dos PIBICs, grupos de pesquisa e monografias. Quando se trata das pós-graduações, muitas das dissertações estão voltadas aos problemas locais. Os convênios existentes junto às prefeituras de Caruaru, Toritama e Santa Cruz do Capibaribe rendem importantes parcerias em diversas áreas do conhecimento.

No campo da pesquisa-ação (extensão) realiza-se uma ponte junto aos agentes das mais diversas áreas do setor público e privado. Durante a pandemia do Coronavírus, o Núcleo de Gestão, composto pelos cursos de ciências econômicas e administração, lançou um projeto denominado Gestão Solidária, o qual vem realizando atividades de apoio junto aos produtores e comerciantes do pólo de confecções, visando minimizar os efeitos da crise sanitária e os reflexos na esfera econômica.

Na UFPE-CAA a formação profissional envolve questões teóricas, expostas em sala de aula e em eventos organizados pelos cursos, mas também situações práticas exploradas de diferentes maneiras. Neste sentido, os projetos de extensão promovem oportunidades para que os alunos desenvolvam e aprimorem suas habilidades, promovendo a necessária articulação entre a universidade e a sociedade onde está inserida.

Conhecer o perfil dos discentes é algo fundamental para poder planejar, corrigir e aperfeiçoar as questões inerentes às atividades do Campus de Caruaru. Para tanto, foram utilizados dados disponibilizados no INEP, contidos nos relatórios do ENADE 2015 e 2018 para traçar um perfil socioeconômico dos alunos de ciências econômicas. As variáveis selecionadas foram: raça, renda, perfil financeiro e perfil escolar em dois pontos do tempo, distribuídos em três quadros.

Quadro 01

Perfil Socioeconômico dos Alunos de Ciências Econômicas participantes dos ENADEs 2015 e 2018 Segundo as Variáveis Selecionadas

	Variáveis	2015	2018
Cor/Raça	Branco (a)	53,2%	44,8%
	Negro(a)	7,2%	1,7%
	Pardo (a)/ mulato (a)	37,8%	46,6%
	Amarelo (a) (de origem oriental)	1,8%	4,3%
	Indígena ou de origem indígena	0,0%	0,0%
	Não quero declarar		2,6%
	Total		100%



	Variáveis	2015	2018
Renda	Até 1,5 salários mínimos (até R\$ 1.086.00)	18,9%	45,7%
	De 1,5 a 3 salários mínimos (R\$ 1.086.01 a R\$ 2.172.00)	38,7%	25,0%
	De 3 a 4,5 salários mínimos (R\$ 2.172.01 a R\$ 3.258.00)	24,3%	15,5%
	De 4,5 até 6 salários mínimos (R\$ 3.258.01 a R\$ 4.344.00)	7,2%	7,8%
	De 6 até 10 salários mínimos (R\$ 4.344.01 a 7.240.00)	7,2%	5,2%
	De 10 até 30 salários mínimos (R\$ 7.240.01 a R\$21.720.00)	3,6%	0,9%
	Acima de 30 salários mínimos (mais de R\$ 21.720.01)	0,0%	0,0%
	Total	100%	100%

Fonte: INEP. ENADE, 2015 e 2018. Elaboração Própria.

A análise do Quadro 01 revela um aumento no percentual de estudantes concluintes do curso superior, que se definem pardos (as)/mulatos (as) em 2018, demonstrando a efetividade de ações voltadas a democratizar o ensino superior. Neste mesmo ano, aproximadamente 46% dos discentes possuíam uma renda familiar de até 1,5 salários-mínimos. A ampliação desses estudantes na Universidade confirma a importância das políticas afirmativas de inclusão social adotadas pela UFPE/CAA, contribuindo significativamente na construção de uma sociedade mais justa e equânime.

Quadro 02

Perfil Financeiro dos Alunos de Ciências Econômicas participantes do ENADEs
2015 e 2018

Perfil Financeiro	2015	2018
Sem renda e gastos financiados por programas governamentais	16,2%	33,6%
Sem renda e gastos financiados pela minha família ou por outras pessoas	18,9%	28,4%
Com renda e ajuda da família ou de outras pessoas	21,6%	14,7%
Com renda e sem ajuda para financiar gastos	9,9%	7,8%
Com renda e contribuindo com o sustento da família	22,5%	11,2%
Principal responsável pelo sustento da família	10,8%	4,3%
Total	100%	100%

Fonte: INEP. ENADE, 2015 e 2018. Elaboração Própria.

Continuando a análise, em 2018 verifica-se que a quantidade de pessoas assistidas por programas governamentais foi o dobro dos números registrados em 2015, ou seja, saindo de 16,2% para 33,6% segundo o Quadro 02. Destes, 33,6% se definiram sem renda e apontaram terem seus gastos financiados por programas governamentais. Este cenário, fez com que parte dos estudantes tivessem renda e autonomia para custear os seus estudos, dando um fôlego aos seus familiares e parentes para que pudessem ampliar a sua cesta de consumo composta de alimentos, remédios entre outros bens necessários.

Quadro 03

Perfil Escolar dos Alunos de Ciências Econômicas participantes dos ENADEs 2015 e 2018

Perfil Escolar	2015	2018
Todo em escola pública	46,8%	70,7%
Todo em escola privada (particular)	40,5%	23,3%
Todo no exterior	0,0%	0,0%
A maior parte em escola pública	5,4%	1,7%
A maior parte em escola privada (particular)	7,2%	4,3%
Parte no Brasil e parte no exterior	0,0%	0,0%
Total	100%	100%

Inserção por Cotas	2015	2018
Não	71,2%	61,2%
Critério étnico-racial	4,5%	1,7%
Critério de renda	2,7%	7,8%
Por ter estudado em escola pública ou particular com bolsa de estudos	14,4%	19,8%
Por sistema que combina dois ou mais critérios anteriores	4,5%	7,8%
Por sistema diferente dos anteriores	2,7%	1,7%
Total	100%	100%

Fonte: INEP. ENADE, 2015 e 2018. Elaboração Própria.

O Quadro 03 mostra que, no curso de ciências econômicas, quase metade dos estudantes participantes do ENADE em 2015 eram oriundos de escola pública. Este número se amplia em 2018, perfazendo 70,7%. Verifica-se, ainda, uma retração no percentual de discentes de escolas privadas comparando-se a condição nos dois períodos de tempo aqui analisados. O acesso ao ensino superior no Brasil sofre influência da origem social dos estudantes indicando que a educação pode se constituir tanto em um fator de mudança e mobilidade social, como também um perpetuador de desigualdades (Borges e Carnielli, 2005)

No tocante ao regime de cotas observa-se que mais de 70% dos alunos em 2015 se inseriram sem utilizar esta política enquanto em 2018 esse número se retrai para 61,2%. Neste mesmo ano, o maior acesso a inserção por cotas na UFPE-CAA se deu pelo critério de renda. Estudos mostram que alunos que entram como cotistas alcançam um desempenho



acadêmico muito parecido aos não cotistas, desfazendo uma falácia de que não haveria sentido incluir pessoas com aparente deficiência escolar nas Universidades Públicas, pois representaria uma má alocação dos recursos.

No que diz respeito à evasão (abandono do curso), outra questão importante a ser pontuada, é que estudos, como o de Velloso e Cardoso (2008), demonstram que estudantes cotistas se evadem menos que não-cotistas, contrariando previsões dos críticos das cotas, cujos dados indicam maior empenho nos estudos por parte dos que ingressaram pela reserva de vagas.

Desse modo, essas pesquisas confirmam a necessidade de ampliação dessas políticas de inclusão que contribuem para o reconhecimento das diferenças raciais e desigualdades de classe e a necessidade de sua superação, contribuindo para uma Universidade multicultural, inclusiva e democrática.

REFERÊNCIAS

BORGES, José Leopoldino das Graças e CARNIELLI, Beatrice Laura. Educação e estratificação social no acesso à universidade pública. **Cad. Pesquisa**. [online]. 2005, vol.35, n.124, pp.113-139. ISSN 1980-5314.

Brasil. Ministério da Educação. INEP. Relatórios de Curso. ENADE 2015. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/enade/relatorios>>. Acesso em 10 de junho de 2020.

Brasil. Ministério da Educação. INEP. Relatórios de Curso. ENADE 2018. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/enade/relatorios>>. Acesso em 10 de junho de 2020.

VELLOSO, Jacques R.; CARDOSO, Claudete B. Evasão na Educação Superior: cotistas e não-cotistas na Universidade de Brasília. In: 31ª REUNIÃO ANUAL DA ANPED, 2008, Caxambu/MG. **Anais**. Caxambu/MG, 2008.



Trajetórias da Interiorização do Curso de Medicina da UFPE do Campus do Agreste

MARIA EDUARDA VALOIS SPENCER (CONCLUINTE DO CURSO DE MEDICINA DO NCV/CAA/UFPE)
CAROLINA A. DA PAZ (DOUTORANDA EM BIOÉTICA PELA UNB E COORDENADORA DO CURSO DE MEDICINA DO NCV/CAA/UFPE)
SAULO FERREIRA FEITOSA (DOUTOR EM BIOÉTICA PELA UNB E COORDENADOR DO NCV/CAA/UFPE)

Em um movimento de contra fluxo do rio Ipojuca, margeando as cidades por onde ele passa, o curso de Medicina da UFPE, assim como o barro, ganha possibilidades de forma e de território. Adentrando Pernambuco, com visões mais democráticas e progressistas, a região agreste se torna campo da educação superior especializada e gratuita, com incentivo à pesquisa, ao ensino e à extensão, envolvendo uma formação médica que já nasce com as Novas Diretrizes Curriculares Nacionais de Medicina (2014). Seguindo propósitos de uma medicina mais generalista, humanista, crítica, sensível, criativa, cidadã, capaz de atuar nos diferentes níveis de atenção à saúde, através do Sistema Único de Saúde, Caruaru e suas regiões vizinhas passam a agregar pessoas que orientam o cuidado numa perspectiva integral e regional com o curso médico do Núcleo de Ciências da Vida (NCV) da UFPE.

Com um currículo médico que aborda habilidades, competências e atitudes a serem trabalhadas na Atenção Primária à Saúde em zonas rurais, não somente Caruaru, mas também os municípios de Toritama e Brejo da Madre de Deus passam a receber estudantes e preceptores em Unidades Básicas de Saúde situadas no Campo, abordando as necessidades de saúde de cada território, bem como complexidades e desafios com o olhar e o cuidado orientados para cada uma dessas realidades. Assim, regiões anteriormente carentes desse tipo de cuidado, ganham visibilidade e atenção.

Em consonância com o sentido de existir um curso de medicina no interior, a quase totalidade dos 70 egressos da primeira turma da graduação já está atuando em serviços de saúde locais e regionais, sendo alguns concursados. Isso comprova a necessidade de médicos na região, além disso, com o curso sendo realizado em sua totalidade em Caruaru e municípios vizinhos, ofertam-se médicos e médicas comprometidos em se fixarem no interior do estado. No ano de 2018, a USP, com o apoio do Conselho Federal de Medicina, realizou um estudo sobre a distribuição de médicos nas diferentes regiões do país, o qual apontou que 71% dos médicos e médicas de Pernambuco residiam na cidade do Recife. Com essa concentração, o número de médicos por mil habitantes é 11 vezes maior na capital quando comparado com o restante do estado. A fixação dos recém-formados no interior poderá colaborar com diminuição da desigualdade na distribuição geográfica desses profissionais.



Desde 2014, promovendo atividades de ensino, pesquisa e extensão, o curso médico do NCV tem provocado impactos positivos que cabem ser elucidados e compreendidos. Diante disso, não só nasce este curso como também, junto com ele, o Movimento Nascer Bem Caruaru, objetivando qualificar e humanizar a forma de nascer nesta cidade, assegurando que as mulheres tenham direito à assistência humanizada desde a gravidez, passando pelo pré-parto, parto e puerpério. Em parceria com a Prefeitura de Caruaru, em outubro de 2017, a Lei Nascer Bem Caruaru (Lei nº 5952) foi sancionada num movimento de enfrentamento à violência obstétrica. Desde então, Caruaru flui contrária às estatísticas do Brasil em relação à via de parto e, coerente com as normas da Organização Mundial de Saúde, o percentual de partos vaginais mantém-se superior a sessenta por cento, em relação ao percentual de cesarianas no município.

Quanto à extensão universitária, esta é uma das potências dessa instituição, pois acaba acessando espaços onde o governo não chega. E, no contexto da região agreste, a implementação do curso acessou tanto as comunidades locais, quanto comunidades mais distantes. A exemplo do território indígena Xukuru, no município de Pesqueira, integralizando os saberes da medicina tradicional Xukuru com os conhecimentos da medicina ocidental. Na perspectiva da educação popular em saúde, a formação médica foi reorientada para uma medicina centrada na comunidade, nos povos, no território. Dessa forma, o cuidado rompe as barreiras dos muros da instituição e ganha as ruas, os terreiros, as aldeias etc.

A chegada do curso de medicina trouxe a oportunidade de diversificação da atuação profissional para médicos e pesquisadores já enraizados na região. Muitos professores residiam em Caruaru antes da abertura do curso e, ao assumirem o vínculo com a universidade, reforçaram os seus vínculos com a cidade. Contudo, docentes oriundos de outras regiões também foram atraídos pelo curso e fixaram-se em Caruaru. Muitos desses são formados em especialidades historicamente escassas na região, como médicos de família e comunidade, infectologistas e reumatologistas, o que possibilitou a ampliação da oferta dos serviços de saúde.

O curso também possibilitou a realização profissional e o desenvolvimento humano, já que muitos professores buscam maior qualificação profissional por causa do estímulo da universidade. Nos primeiros concursos realizados para o preenchimento do quadro docente, a maioria dos aprovados possuía título de especialista e mestre, com um número reduzido de doutores. Com os incentivos das coordenações do curso e do NCV, vários docentes buscaram e buscam o ingresso em programas de mestrado e doutorado. Atualmente, dos 68 professores efetivos, 26 (38,2%) possuem título de doutorado; 31 (45,5%) possuem título de mestrado e 11 (16,3%) possuem título de especialização. No momento, há 3 docentes efetivos em programa de mestrado e 12 em programa de doutorado.

É importante destacar que qualificação profissional não chegou apenas para professores do curso. O NCV mantém cinco programas de residência médica e promoveu uma especialização em educação médica. As residências em Clínica Médica, Ginecologia e Obstetrícia, Psiquiatria e Medicina de Família e Comunidade já formaram vários especialistas, muitos



deles permanecem atuando na região, desenvolvendo atividades de assistência, preceptoria e docência. A residência de Pediatria ainda irá formar a primeira turma, mas já aponta para a redução da carência desses especialistas na região.

Continuando com as implicações pedagógicas, a Especialização de Educação para o Século XXI: metodologias ativas, sensibilidade e compromisso social, desenvolvida por professores do curso, foi ofertada para professores e preceptores da rede de saúde do município de Caruaru, que também recebem nossos estudantes nos serviços. Esse curso formou uma turma de especialistas em educação médica, dando conta de uma demanda de maior qualificação profissional, beneficiando não apenas estudantes que vão receber uma melhor preceptoria, como também a população que passa a receber uma assistência na qual o profissional está permanentemente se aperfeiçoando.

Para continuar fortalecendo cada passo dessa caminhada, as perspectivas futuras contam com um aumento das vagas de programas de residência médica. Inclusive com o intuito de criar mestrados profissionais para os ingressantes nos programas de residência médica, possibilitando aos médicos uma formação de especialistas, junto com o desenvolvimento de pesquisas voltadas ao campo em que atuam. Dessa forma, tem-se a integração entre o serviço (prover recursos humanos qualificados para a região) e a pesquisa, fomentando a criatividade e o desenvolvimento de soluções para os problemas do sistema de saúde. Assim, entendemos que esse programa poderá contribuir com uma melhor qualificação da atividade docente na graduação, impactando diretamente na melhoria do ensino. Isso constituirá um estímulo para a fixação dos atuais e novos docentes em Caruaru, reduzindo a rotatividade e possibilitando a criação de programas de pós-graduação multidisciplinar na área de saúde.

Além disso, há o entendimento sobre a importância da criação de novos cursos no NCV, o que possibilitará a promoção da interdisciplinaridade. Não obstante os desafios sociais, políticos e econômicos que deverão continuar a ser enfrentados, todos e todas que fazem o Curso de Medicina, o NCV e o Campus Acadêmico do Agreste continuarão a apostar no pioneirismo como fortaleza dessa trajetória. Afinal, como afirma Condé (2011, p. 25): “os pioneiros sabiam arrancar de si mesmos forças para sobreviver”.

REFERÊNCIAS

CONDÉ, José. Terra de Caruaru: romance. 6 ed. Caruaru: W.D. Porto da Silva, 2011. Brasil. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação, Câmara de Educação Superior. Resolução no 3, de 20 de junho de 2014: Institui Diretrizes Curriculares Nacionais do Curso de Graduação em Medicina e dá outras providências. Brasília, 2014. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=15874-rces-003-14&category_slug=junho-2014-pdf&Itemid=30192>. Acesso em 15 de junho de 2020.

SCHEFFER, Mário César (Coord.). **Demografia Médica no Brasil 2018**. São Paulo: Departamento de Medicina Preventiva da Faculdade de Medicina da USP; Conselho Regional de Medicina do Estado de São Paulo; Conselho Federal de Medicina, 2018.



Presidente: Ana Cláudia de Albuquerque Arruda Laprovitera

Vice-Presidente: André Lima de Morais

Conselheiros Efetivos: Bruna Rodrigues Florio
Diógenes Sócrates Robespierre de Sá
Francisco José Couceiro de Oliveira
João Albuquerque da Silva
José André de Lima Freitas da Silva
Monaliza de Oliveira Ferreira
Rafael Ramos da Conceição

Conselheiros Suplentes: Fábio José Ferreira da Silva
Fernando de Aquino Fonseca Neto
Janiza Lima Ribeiro de Albuquerque
Keynis Cândido de Souto
Maria do Socorro Macedo Coelho Lima
Paulo Roberto de Magalhães Guedes
Poema Isis Andrade de Souza
Severino Ferreira da Silva

Conselheiro Federal: Fernando de Aquino Fonseca Neto

Gerente Executiva: Rayssa Kelly Melo das Mercês

Comitê Editorial: Ana Cláudia de Albuquerque Arruda Laprovitera
André Lima de Morais
Fábio José Ferreira da Silva
Fernando de Aquino Fonseca Neto
Keynis Cândido de Souto
Maria do Socorro Macedo Coelho Lima
Monaliza de Oliveira Ferreira
Rafael Ramos da Conceição

Projeto Gráfico: Erivaldo Sousa

Correspondência: Corecon/PE - Rua do Riachuelo, 105 - sala 212.
Ed. Círculo Católico - Boa Vista - Recife, PE.
CEP: 50.050-400
Tels.: 81 3039-8842 | 3221-2473 | 99985-8433

coreconpe@coreconpe.gov.br
www.coreconpe.gov.br

Boletim produzido em parceria entre
o **Corecon-PE** e a **UFPE/CAA**



/CoreconPE



@PECorecon



/corecon.pe